

A internacionalização da Amazônia

LÚCIO FLÁVIO PINTO



LÚCIO FLÁVIO PINTO é
jornalista.

Em 1976 a Volkswagen, uma das maiores empresas do mundo, decidiu sair de sua tradicional e reconhecida competência, a de fabricante de veículos automotores, e criar boi. Montou uma enorme fazenda de mais de 130 mil hectares, no sul do Pará. E apresentou seu projeto à Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), para receber colaboração financeira do governo, através da mais generosa política de incentivos fiscais já engendrada sob o capitalismo (até 75% do valor do empreendimento era financiado com recursos públicos, praticamente sem retorno, a custo próximo de zero).

Quando o projeto da Vale do Rio Cristalino chegou ao Conselho Deliberativo da Sudam, em Belém, para análise e deliberação, o então representante do Ministério dos Transportes, dirigido pelo coronel-empregado Mário Andreazza (já falecido), levantou-se, fez um discurso contra o capital estrangeiro e disse que votaria contra a aprovação do pedido. Foi um escândalo. O coronel (da reserva) Darino Castro Rabelo explicou: a legislação não permitia a aplicação de dinheiro público em negócio de estrangeiro – e o dono daquela fazenda era ninguém menos do que a Volkswagen AG (sociedade anônima em alemão).

Por um desses atos falhos irreprimíveis, o redator do parecer técnico da Sudam sobre o projeto da Volks havia datilografado AG ao invés de S/A, isentando a empresa da nacionalização que ela procedera juridicamente ao se instalar no Brasil, anos antes. Rapidamente se providenciou a correção e na reunião seguinte do Conselho a datilografia estava correta: o proprietário da fazenda era a Volkswagen S/A, subsidiária da Volkswagen AG. Todos aprovaram então, inclusive o coronel recalcitrante. No país dos bacharéis, o papel é tudo.

No reino das Amazonas, as aparências também. A Volkswagen recebeu o dinheiro que deveria ser recolhido aos cofres públicos, na forma de imposto de renda, provocou comoção internacional ao colocar abaixo, num único ano, nove mil hectares de floresta (provavelmente aplicando desfolhantes químicos), foi sucessivamente acusada de convivência com trabalho escravo dentro de sua imensa propriedade fundiária, mostrou-se incapaz de conduzir o rebanho e, afinal, mandou a propriedade para o grupo Matsubara, do Paraná, há quase dois anos.

A história da primeira fazenda de gado da Volks deve ter sido suficientemente



No parlamento, em partidos políticos e em organizações da sociedade, grita-se que a Amazônia está em vias de ser internacionalizada. Os quartéis, insubmissos mas sem bandeira, pegaram o mote, investindo contra as chamadas ONGs (Organizações Não-Governamentais), acusadas de utilizar a ecologia como cabeça-de-ponte para penetrar no território amazônico e romper a soberania sobre ele exercida pelo Brasil. Não é uma ameaça recente, nem uma reação original

traumática para não estimular novas incursões desse gênero da empresa, mas a famosa multinacional alemã nada perdeu. Ao contrário, como quase todos os empreendimentos incentivados pelo governo para "abrir a fronteira" na Amazônia, foi-se com lucro, remetendo para o tesouro nacional a conta do débito, como tem sido comum nesse esquizofrênico modelo de desenvolvimento que privatiza o lucro e socializa o prejuízo. Mesmo com seu alto custo, entretanto, essa história é exemplar da forma distorcida de ver o que ocorre na última grande reserva de recursos naturais do planeta, que concentra 20% das águas drenadas para os oceanos, um terço das florestas tropicais, a maior biodiversidade possível e é a chave — de abrir ou de fechar, ainda não se definiu — para alguns dos enigmas e desafios postos diante da humanidade no alvorecer de um novo século.

No parlamento, em partidos políticos e em organizações da sociedade, grita-se que a Amazônia está em vias de ser internacionalizada. Os quartéis, insubmissos mas sem bandeira, pegaram o mote, investindo contra as chamadas ONGs (Organizações Não-Governamentais), acusadas de utilizar a ecologia como cabeça-de-ponte para penetrar no território amazônico e romper a soberania sobre ele exercida pelo Brasil. Não é uma ameaça recente, nem uma reação original.

Dizem os historiadores que em 1623 o conde Berkshire construiu um forte ao norte de Belém, ali plantou tabaco e cana, fabricou açúcar e imaginou ter plantado as bases da expansão do império britânico na América do Sul. Holandeses e franceses fizeram praticamente o mesmo, mas os portugueses, mesmo na contramão da história, mantiveram seu domínio sobre a vasta possessão durante os dois séculos seguintes de pleno exercício de seu feroz colonialismo.

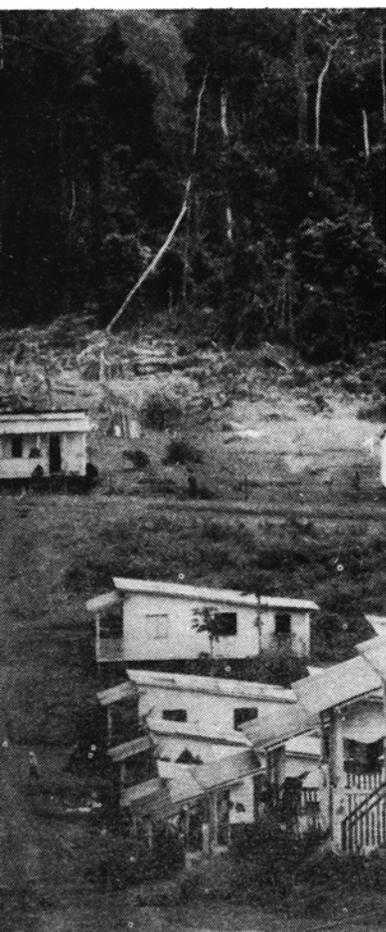
A independência política brasileira oxigenou um pouco o verde e atraiu ainda mais estrangeiros. Durante todo o século XIX a quantidade de cientistas estrangeiros em expedição pela Amazônia era enorme, muito superior à dos aventureiros nacionais. Se repetidas hoje, essas incursões teriam provocado a ira guerreira dos generais Thaumaturgos da vida, desejosos de tratar cientistas estrangeiros a tapa, como se fossem guerrilheiros. A ecologia, proclamam eles, é o cavalo de Tróia da internacionalização da Amazônia.

Não foi no século passado, quando Alfred Russell Wallace encontrou na região elementos para enriquecer a teoria da seleção natural das espécies de seu contemporâneo Darwin, Bates circulou livremente por quinze anos recolhendo material para a mais sensível descrição de uma floresta tropical, Agassiz multiplicou por dez o número de peixes amazônicos identificados e Coudreau fez seus relatos rios acima, enquanto procurava ganhar simpatia para a causa separatista francesa. O produto dessas expedições foi parar em museus de Londres, Nova York e outras praças, mas a Amazônia continuou brasileira. Nem mesmo a tese do destino manifesto e a proposta da transformação do rio Amazonas em braço de mar, para permitir a livre e desembaraçada navegação mundial, prosperaram.

Desde seu início, a Amazônia fez parte do mundo, mas em geral como um produto exótico, com uma vinculação tangencial. Holandeses, ingleses e franceses, se seus interesses fossem além do mero aventureirismo, teriam tirado terras das mãos lusitanas. A borracha poderia servir de elo definitivo de associação da Amazônia ao mercado internacional, mas as informações dos naturalistas levaram os capitais do mundo a preferir fazer os plantios no Oriente a ter que enfrentar as incertezas do "inferno verde", a imagem mais aceita para definir a Amazônia naquela época. Era mais rentável investir na África e na Ásia. O capital retornava mais rapidamente. A Amazônia era reserva.

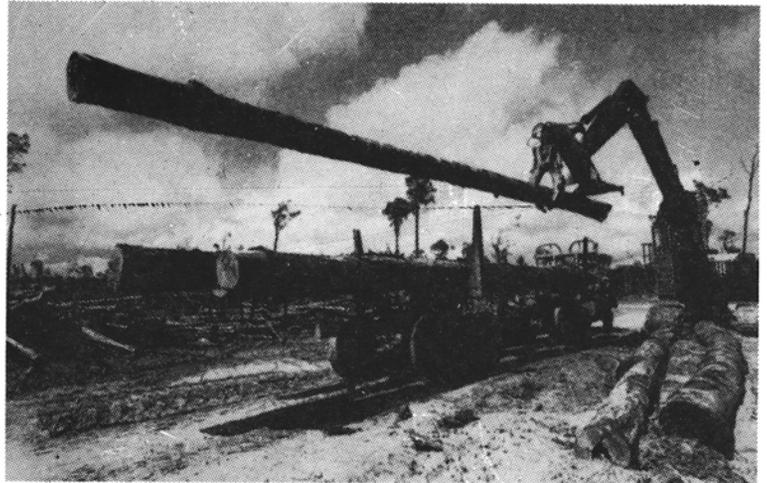
Assim ainda pensava a poderosa Ford Company em 1945, quando decidiu devolver ao governo brasileiro uma concessão de um milhão de hectares (apenas 20% menor do que o império de Daniel Ludwig no Jari), recebida gratuitamente em 1927 para ali fazer a maior plantação homogênea — e artificial — de seringueira da região. A Ford recebeu de volta cinco milhões de dólares, 10% do que investira ao longo desses anos em um projeto afinal malsucedido, como o da Volks, 50 anos depois.

Arthur Cezar Pereira Reis, historiador colocado no governo do Amazonas pelo golpe militar de 1964, tenta mostrar no seu clássico *A Amazônia e a Cobiça Internacional*, livro de cabeceira dos geopolíticos castrenses, que a Amazônia escapou por acaso de ser desnacionalizada. Mas o apetite do mundo pela região seria insaciável. Os guardiães da região deveriam estar em eterna vigilância contra as nações superpovoadas ou com exigüidade territorial, mais ainda contra as que sofressem essa dupla combinação de problemas, como o Japão, a Índia, a China, ou países





A independência política brasileira oxigenou um pouco o verde e atraiu ainda mais os estrangeiros. Durante todo o séc. XIX a quantidade de cientistas estrangeiros em expedição pela Amazônia era enorme



atormentados por minorias raciais. Numa época eram os palestinos que seriam transferidos para a região. Noutra, os judeus. Em um determinado momento os cubanos desembarcariam em Roraima catapultados da Guiana.

Para prevenir esses ímpetus de saque territorial ou de riquezas naturais, seria preciso ocupar a Amazônia, transformando seu espaço ocioso em espaço útil, acabando, enfim, com os espaços *vazios*. Vazio é o espaço da natureza, como o espaço do índio. Útil é o espaço de estradas, hidrelétricas, fazendas, plantações, minas. É uma concepção do século XVIII, quando Grotius colocava em dúvida o direito dos portugueses sobre uma região "que eles não possuíam, nem poderiam possuir em sua totalidade porque o mar, como o ar, não pode ser objeto de posse de ninguém, nem de nação alguma". Grotius, como observa a professora Nícia Vilela Luz, só admitia o direito de propriedade "e, portanto, de soberania, quando acompanhado da ocupação a que dá o sentido de tomar conta, tomar posse".

Dando a essa concepção o sentido utilitarista, os colonizadores da Amazônia fomentaram um processo de "ocupação dos espaços vazios" predatório, irracional, caótico. A matriz dessa concepção está fielmente montada no II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA), elaborado pela Sudam para o quinquênio 1975-79, mas em vigor até hoje. O plano reconhecia que o desenvolvimento engendrado na Amazônia por essa política de incentivos fiscais engendraria o desequilíbrio, mas acreditava que o planejamento federal centralizado o corrigiria. Combinava assim um efeito real natural com um desejo voluntarioso e artificial. Deu no que deu: a Amazônia é uma das mais ferozes fronteiras que o homem já abriu.

Os números do caos são impressionantes, a começar pela destruição da natureza: derruba-se mais floresta a cada três anos do que nos três séculos anteriores. Mas esse seria o preço para garantir a soberania, pela malfadada ótica geopolítica, que vê em nações ou minorias raciais o foco do perigo, mas deixa passar incólumes as sociedades anônimas. Uma teoria surgida no século XIX é aplicada no final do século XX, obtusidade que explica o comportamento de autoridades como o coronel representante do Ministério dos Transportes no conselho da Sudam e camufla a verdadeira natureza da internacionalização que efetivamente ocorre na Amazônia daquela que seus defensores putativos imaginam que a esteja ameaçando.

